PB do século XIX: uma Brasilafrica lingüística?

Marilza de Oliveira (USP)
Hélcius Batista Pereira (Mestrando – USP)

Introdução

Estudos de lingüística histórica realizados nas últimas décadas têm apontado diferenças notáveis entre a variedade brasileira e a variedade européia de língua portuguesa a ponto de se postular a existência de duas gramáticas. O fosso criado entre as duas variedades é resultado de mudanças na sintaxe do Português do Brasil (doravante PB) que se consolidaram, segundo Tarallo 1993 (entre outros), ao longo do séc. XIX.

Apesar das mudanças sintáticas constatadas no PB, vários trabalhos têm focado a preconização de uma norma culta escrita, eleita como língua oficial a ser ensinada nas escolas, que se distancia consideravelmente das formas que caracterizam o vernáculo, com conseqüências desastrosas no âmbito da aprendizagem escolar, uma vez que as regras e os conceitos não encontram aplicação na língua dominada pelo aprendiz (Duarte 2001).

Semelhante situação é encontrada em países africanos, como Moçambique, em que 95% dos habitantes têm uma língua da família banto como língua materna (Gonçalves 1996). O português é falado por uma minoria que teve acesso à escola (25%) e que ocupa espaços urbanos (17%). Ou seja, a aprendizagem do português se faz por meio do processo escolar e é marcada pelo contato com as línguas da família banto.

Resguardadas as diferenças entre Brasil e Moçambique no que diz respeito à história social do português, neste trabalho pretendemos nos deter nas semelhanças, tomando como pano de fundo o comércio bilateral entre Brasil e África Ocidental. Segundo Alencastro (2000), o trato negreiro extrapolava o comércio de escravos, moldando "o conjunto da economia, da demografia, da sociedade e da política da América portuguesa" (p.29). No Atlântico Sul, observava-se, segundo o autor, o comércio bilateral e não triangular como ocorreu no Atlântico Norte, o que, a nosso ver, afasta qualquer tipo de contato lingüístico entre africanos e europeus antes da chegada daqueles ao Brasil. Em outras palavras, os negros (pelo menos a sua maioria) que aqui chegavam não eram ladinos, mas boçais, i.e. não dominavam a língua portuguesa.

Ainda que o comércio no Atlântico Sul se fizesse com Angola e não com Moçambique, pode-se estabelecer uma proximidade entre os dois países africanos pelo enorme contingente de falantes de línguas da família banto[1]. E é a esse grupo lingüístico que, segundo Mussa (1991), pertence a maior parte dos negros arrastados para o Brasil nos séculos de maior intensidade do tráfico negreiro, 65%, 64% e 50% nos séculos XVII, XVIII e XIX, respectivamente.

Respaldando-nos no grupo lingüístico banto para o Moçambique e para os negros trazidos para o Brasil, pretendemos acostar alguns dados lingüísticos típicos da aprendizagem do português como L2 em Moçambique aos do PB com a finalidade de promover o debate sobre o peso do contato lingüístico com o grupo banto na formação do vernáculo brasileiro. Neste trabalho, focamos os complementos verbais preposicionados, seguindo as etapas: na primeira seção resenhamos Alencastro (2000) que trata das relações entre Brasil e África; na segunda seção traçamos um panorama da implementação do PE como língua oficial; na terceira tratamos dos dados lingüísticos moçambicanos; na quarta analisamos os complementos preposicionados no PB e, por fim, alinhavamos algumas considerações finais.

1. Quando Brasil e África se encontraram

O contágio lingüístico envolvendo o português brasileiro e o português africano pode ser sustentado historicamente. O sistema colonial empreendido pelos portugueses permitiu por quase trezentos anos - do último quartel do século XVI a meados do século XIX, um constante fluxo comercial entre as duas margens do Atlântico Sul. Essa relação tem sido considerada por alguns historiadores como peça fundamental para o entendimento da formação do Brasil. Superando os limites territoriais, o Brasil-Colônia tinha uma continuidade nas terras da África Central. Essa continuidade - que pode justificar o contato entre as duas línguas - é o que passamos a descrever abaixo, resumindo as idéias de Alencastro (2000), um dos mais importantes estudos publicados sobre o trato negreiro.

[1] Portanto, ainda que o comércio tenha se realizado com Angola e não com Moçambique, ambos os países têm como língua primeira a família banto. Na falta de dados do português falado em Angola nos primeiros contatos com o PE, usamos os dados do português de Moçambique. É óbvio que a análise comparativa sai prejudicada. Apesar disso, acreditamos ser possível fazer um quadro das questões ligadas ao complemento verbal preposicionado.

Os movimentos sazonais do Atlântico Sul constituem o primeiro fator que garantiu a continuidade o Brasil e a África Central. Esses movimentos faziam com que os portos, em diferentes pontos do Brasil, mantivessem uma considerável distância entre si: a viagem de um ponto a outro na costa brasílica era marcada por um elevado risco de insucesso, obrigando à procura de rotas mais orientais, em busca de águas mais seguras para a navegação. Assim, segundo Alencastro (2000), do estado do Maranhão ao estado do Brasil (separação política realizada em 1621) era muitas vezes necessário seguir primeiro a Lisboa, para posteriormente partir para Salvador. A situação não era diferente quando o percurso ligava os portos do sul aos do norte do Brasil: a viagem do Rio de Janeiro a Lisboa poderia levar cerca de 6 meses; mas chegaria a um ano, caso houvesse uma escala pela Bahia[2]. Entretanto, essas mesmas dificuldades não existiam na navegação entre Brasil e África Central: "Na medida em que se zarpava com facilidade de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro até Luanda ou Costa da Mina, e vice-versa, a navegação luso-brasileira será transatlântica e negreira." (62).

Por outro lado, as navegações diretas entre Portugal e Angola logo se mostram também difíceis aos navegantes lusitanos. O percurso direto só era possível em meados de setembro e meados de maio, quando a vigem total durava até 2 meses. Fora desse período, poderia levar até 6 meses. A partir de 1578, passa-se a utilizar a "viagem larga" para se evitar as calmarias do estuário do Congo e os corsários, então presentes na costa da Alta Guiné. Essa nova rota consistia em rumar em direção à costa do Brasil, onde muitos barcos passaram a aportar antes de seguir para Luanda: "Somados aos interditos de ancorar em Angola lançados às naus da Índia, esses fatores fizeram dos portos brasileiros uma escala obrigatória nas viagens metropolitanas à África Central. Em sentido inverso, as comunicações de Angola e Portugal dependiam da escala brasileira" (249). A "viagem larga" só foi abandonada após a independência do Brasil, quando os navios portugueses passaram a ser hostilizados por aqui.

Adicionado à questão das correntes - e favorecido por elas - estão todos os contatos comerciais estabelecidos no âmbito do trato negreiro, que uniram o Brasil às terras de

[2] A separação entre os portos brasílicos pode ser exemplificada na expedição do famoso bandeirante paulista: "Depois de cruzar o Centro-Oeste e a Amazônia (...), nos anos de 1648-51, Raposo Tavares e seus companheiros fizeram um percurso mais longo para retornar a São Paulo. Tendo chegado pelos matos e pelos rios a Belém, seguiram a única rota existente para reganhar suas casas: foram até Lisboa e de lá voltaram até Santos (59)"

domínio português da África Central. No núcleo dessa relação comercial está o fornecimento de mão-de-obra negra para as unidades produtivas do Brasil. E a participação dos brasílicos no comércio negreiro não foi passiva. Os domínios sobre o porto de Luanda - escoador negreiro - e sobre as áreas de aprisionamento das "peças" escravas nos sertões africanos assumem tamanha importância para os negócios dos homens do Brasil-Colônia que a presença deles no território africano se torna imprescindível.

Dois produtos oriundos do Brasil, fundamentais para a consolidação e crescimento do trato negreiro, garantiram espaço dos negreiros brasílicos na África. O primeiro deles, a mandioca, teve o seu principal ciclo entre as décadas finais do século XVI e o primeiro quartel do século XVII. Nesse período, os portos do Rio de Janeiro assistiram a um importante envio da mandioca fluminense e vicentina para os portos de Angola. Utilizada no escambo que garantia o trato negreiro, a mandioca brasílica foi introduzida na "ração" dos escravos para reduzir a carência alimentar e a mortalidade das "peças" capturadas. A partir de 1620 essa raiz passou a ser cultivada no território africano, difundindo-se posteriormente pelos sertões africanos. Mesmo assim, em função das secas, dos gafanhotos e das entradas escravistas que assolavam as culturas africanas, a mandioca produzida no Brasil era constantemente demandada pela África portuguesa[3].

O segundo produto que garantiu a presença dos brasílicos na África foi o zimbo, uma concha encontrada no litoral de Luanda, e que no reino do Congo tinha valor como adereço e, principalmente, como moeda. No Brasil, ele era encontrado no sul da Bahia e exportado, a partir de Salvador e do Rio de Janeiro, sem ser tributado - à revelia do controle metropolitano. O zimbo baiano teve uma importância fundamental para a consolidação do trato negreiro, na medida em que minou as paridades dos meios de pagamento africanos, quebrando o monopólio da monarquia congolesa sobre a moeda o que facilitou a penetração negreira. Alencastro (2000) encontra evidências da saída deste produto desde o século XVII até o final do século XVIII. Apenas no início do século XIX é que ele passa a ser recusado na Costa da Mina, por serem mais frágeis que as conchas do Índico.

Mas a presença dos brasílicos na África Central se consolidou, de fato, com a reconquista de Angola, realizada no quadro das guerras luso-holandesas do século XVII.

[3] Ainda no século XIX, o governador de Angola exigia que os negreiros levassem mandioca dos portos do Brasil para suprir a demanda local.

Na expulsão dos holandeses de Angola destaca-se Salvador de Sá, governador do Rio de Janeiro (por três ocasiões até 1661), peça fundamental para a escolha daquele porto como o alvo chave da ofensiva lusitana, e para a organização da expedição vitoriosa[4]. Frágil diante dos avanços das outras nações européias sobre a África, Portugal acaba por depender dos brasílicos para defender suas possessões: "Enredada no teatro de guerra europeu, vulnerável nos mares, a Metrópole torna-se dependente do apoio militar brasílico nas conquistas do Atlântico Sul. Resignando-se à impossibilidade de monitorar de perto a colônia africana, a Coroa delega plenos poderes a Salvador de Sá" (262).

Reconquistada Angola, os luso-brasileiros do Brasil são introduzidos de vez no palco da África. De 1648 a 1665, Angola é governada pelos senhores brasílicos Salvador de Sá, João Fernandes Vieira e André Vidal Negreiros, os quais consolidam a presença dos advindos do Brasil e alteram o sistema de pilhagem do continente negro: "Ao revés da economia de escambo dos angolistas, contrariando a gestão minimalista e feitorante da Metrópole, a ofensiva de rapina desencadeada pelos brasílicos muda os condicionantes do sistema colonial no Atlântico Sul" (262). Rompendo com os sobados angolistas - antes aliados no trato negreiro - os brasílicos penetram pelo sertão da África Central, o que certamente aprofundou o contato lingüístico que aqui procuramos explicar.

No governo de Salvador de Sá (1648-52), a África Central foi sacudida por uma força expedicionária formada por portugueses e brasílicos. Segundo o Pe. Antonio Vieira, Salvador de Sá teria levado à África cerca de 1000 homens do Rio de Janeiro, os quais teriam se juntado a outros 1000 advindos de Portugal[5]. Suas tropas devastaram as aldeias africanas num raio de até 150 km.

A presença brasílica na África não foi apenas de soldados, mas de membros nomeados pelos governadores. O Governador João Fernandes, por exemplo, além de desembarcar no continente negro com contingente de duzentos soldados, segundo algumas testemunhas, exporta para África o que no Brasil contemporâneo é praxe, ou seja, o seu próprio cabide de emprego: "Estes [os governadores brasílicos], alegavam os angolistas

[4] Expedição formada por soldados do Rio de Janeiro, por negros e algumas dezenas de indígenas, e mantida em seu grosso (70%) por recursos arrecadados junto aos negreiros e fazendeiros fluminenses. Os paulistas, em situação semi-insurreicional, desde o levante contra os jesuítas, não formaram o corpo expedicionário.
[5] O número oficial de expedicionário na África era de 1200, sendo que 800 soldados que atuavam em terra. De qualquer forma, esse contingente militar era o maior naquele continente desde Alcácer Quibir.

numa petição a Coroa, nomeavam seus próprios criados para os cargos militares e civis da conquista, em detrimento dos filhos da terra" (276).

Tratando os reinos africanos - antes vassalos pela Coroa e convertidos pelos missionários - como ajuntamento de negros rebeldes (à semelhança dos quilombos do Brasil), os governadores brasílicos aprofundam a penetração nos sertões daquele continente. A conquista do reino do Congo foi preparada por João Fernandes e, empreendida por André Vidal Negreiros. Aproveitando contingente de soldados recrutados em Lisboa, Pernambuco e Bahia para defender Angola de um possível ataque espanhol, este último governador leva a cabo o plano de devassar o reino aliado no trato negreiro, utilizando, segundo Alencastro (2000), táticas guerreiras das bandeiras da América portuguesa.

Mesmo após o fim desses três governos brasílicos em Angola, os do Brasil continuaram a acompanhar de perto os negócios da metrópole na África Central. Assim, punham-se a enviar tropas para a defesa de Angola - sempre que o perigo de invasão por outras nações se fazia presente, além de continuamente pleitear cargos naquele continente: "Tais empregos régios na África Central, às vezes com baixa remuneração, mas tornados rentáveis pelo contrabando ou pelas extorsões exercidas sobre os sobas angolanos, atraíam os brasílicos" (303).

Por último, cabe destacar um importante negócio que ligou os interesses dos brasílicos ao continente africano por muitos anos: a produção de cachaça, conhecida na época como jeribita. A importância da jeribita reside na possibilidade de manutenção dos lucros dos engenhos de cana-de-açúcar do Brasil, mesmo em períodos de crise marcados pela queda dos preços agrícolas - como a do século XVII, através da venda desse produto às camadas empobrecidas. A cachaça que concorreu com o vinho de Portugal, foi introduzida nas terras centro-africanas no governo de Negreiros, oriundas do Rio, Pernambuco e da Bahia. Mesmo com a proibição da importação pelas ordens régias, o contrabando de aguardente para Angola continuou prosperando, sendo que um dos maiores contrabandistas foi o próprio governador de Angola João da Silva e Souza (1680-84) e ex-governador do Rio de janeiro. Em 1695, depois de muita controversa, a jeribita tem sua importação por Angola liberada, para que a Coroa passe a taxar o produto que de fato havia eliminado os maiores concorrentes dos vinhos portugueses: os vinhos e destilados

espanhóis. Na contabilidade da cachaça brasílica está expressa a sua vitória: pode ter sido responsável pela aquisição de cerca de 25% dos escravos que saíram da África Central para a América Portuguesa de 1710 a 1830.

Todos os fatos mencionados acima, a partir dos dados de Alencastro (2000), levam-nos a constatar que a história colonial Brasileira não pode ser contada sem se levar em consideração os profundos laços estabelecidos entre o Brasil e África Central. O trato negreiro alimentou uma constante troca comercial entre as duas margens do Atlântico que não se resumiu ao fornecimento de escravos da África para o Brasil. Essas trocas espalharam os brasílicos pelas terras centro-africanas, o que certamente contribuiu para o contato lingüístico entre o português falado no Brasil e o português falado naquela região.

2. Português Europeu: norma culta em Moçambique e no Brasil

Segundo Gonçalves (1996), Moçambique foi uma colônia que interessou tardiamente o governo português. Até meados do século XVIII, sua administração era feita a partir da Índia e não diretamente de Portugal, cuja presença só se efetivou a partir de 1918, período em que se fixaram suas fronteiras atuais e se iniciou o processo de colonização do território, após quatro séculos de sua descoberta[6].

Em 1962, ou seja, apenas na segunda metade do século XX deu-se início ao processo de independência política de Moçambique, com a luta armada do grupo Frelimo. Durante dez anos, coexistiram dois poderes em Moçambique e o português passou a ser a língua dos dois poderes. Depois da independência, o português foi escolhido como língua oficial seja porque parecia garantir uma "unidade nacional" seja porque facilitava a comunicação com a comunidade internacional. A norma de referência foi a do Português padrão europeu (PE), que se tornou língua de prestígio a ser dominada para galgar postos importantes.

Ainda que nas reuniões políticas, na rede de informação escrita e nas escolas tem-se adotado o português, a sua difusão não é isenta de dificuldades. A falta de exposição

[6] Vasco da Gama chegou a Moçambique em 1492. Ao contrário de Angola, Moçambique manifestou forte resistência cultural à penetração portuguesa, devido à implantação do islamismo e à administração de algumas cidades pelos árabes.

cotidiana ao falar português inviabiliza a criação do ambiente propício para o processo natural de aquisição da linguagem. É só através da ação escola que o aluno tem contato com a língua portuguesa, cuja aprendizagem se dá nos moldes de uma língua estrangeira.

A falta de exposição aos dados lingüísticos do Português Padrão Europeu escolhido como língua oficial e o contato constante com línguas do grupo banto, língua materna para a maioria dos moçambicanos, cria, segundo Gonçalves, o ambiente propício à formação da variedade moçambicana do Português, que se torna visível nos "erros" identificados no processo escolar de aprendizagem do Português.

Processo semelhante, ainda que não idêntico, ocorreu no Brasil. À independência política de Portugal, sucedeu-se a dependência lingüística. Ao contrário de Moçambique, no Brasil já se falava português. Entretanto, a escolha da norma culta a ser seguida recaía no PE e não no Português Brasileiro que vinha se consolidando no século XIX.

Para ilustrar este caminho às avessas, Pagotto (1992), comparando o texto da constituição do Império (1824) e o da primeira constituição da República (1892) constatou que os dois textos foram escritos em gramáticas completamente diferentes uma da outra. A primeira privilegiava a próclise; a segunda, a ênclise. Saliente-se que a próclise na primeira constituição dava continuidade ao português clássico, norma lingüística em Portugal até o século XVIII. Em outras palavras, em Portugal se operou uma mudança de postura em relação à norma lingüística que passou a adotar as formas da gramática do português falado (Salvi 1989, Martins 1994). Nós, brasileiros, tivemos que acompanhar as mudanças lingüísticas operadas em Portugal.

Na visão de Pagotto (1998), a adoção da norma culta do Português Europeu era uma forma de consolidar o projeto de constituição de uma identidade nacional ao mesmo tempo em que configurava uma manobra da elite em se manter distanciada dos demais segmentos da população. Como o acesso à cultura e ao Português Padrão europeu exigia rigorosa educação, obtida graças a grandes dispêndios financeiros, estava garantida a exclusão dos que só dominavam o vernáculo.

A democratização do ensino ocorrida no século XX só veio a escancarar o alijamento da população que não domina o português culto e a reforçar o sentimento de frustração e de impotência em assimilar regras e conceitos que estão distantes de sua realidade lingüística. O uso da preposição "a" com verbos transitivos indiretos e com

verbos de movimento bem como o uso do acusativo “o/a” para argumentos com traço [+humano] são dois exemplos de regras não assimiladas seja por brasileiros seja por moçambicanos, que assumiram uma língua alvo estranha à gramática que dominam.

3. Complementos verbais preposicionados no português moçambicano

Nesta seção, retomamos o estudo feito por Gonçalves (1996) sobre o português moçambicano e focamos a atenção nos complementos verbais preposicionados.

Gonçalves assinala que no processo de aprendizagem do português, os falantes moçambicanos apagam a preposição em complementos verbais, inclusive nos casos de verbos diargumentais, como se observa nos exemplos abaixo:

1. Os bandos armados sempre batiam __as pessoas.
2. Pude assistir __o combate que se fez.
3. Tenho que pensar __os meus filhos.
4. Eu precisei __ mais informações.
5. Demonstrou __ as outras mulheres o papel do destacamento feminino.
6. Era o comandante a explicar __ o tal major a situação familiar.

Segundo Gonçalves, o apagamento da preposição se dá com argumentos que exibem tipicamente o traço [+animado] e freqüentemente o traço [+humano]. Uma conseqüência imediata do apagamento da preposição é o alçamento do objeto indireto à posição de sujeito nas sentenças passivas:

7. Para nós aquilo era normal! <u>Ser batidos</u>!
8. Os jogadores <u>estavam a ser assistidos</u> por muita gente.
9. Ele não <u>é gostado</u> pela polícia.
10. Os rapazes <u>tinham sido</u> sexualmente <u>abusados</u> por padres.
11. <u>O irmão foi concedido</u> uma bolsa de estudos.
12. <u>Os jovens são dados</u> responsabilidades de família.

O apagamento da preposição obedece a requisitos configuracionais, uma vez que sofre restrições de localidade. Como mostra o contraste no juízo de gramaticalidade assinalado nas sentenças abaixo, o apagamento da preposição se dá somente nos casos em que o objeto indireto ocupa posição adjacente ao verbo:

13. Era o comandante a explicar [__ o tal major] a situação familiar.
14. *Era o comandante a explicar a situação militar [__o tal major].

O apagamento da preposição e o alçamento do objeto indireto à posição de sujeito nas sentenças passivas podem ser reflexo do contato com as línguas do grupo banto. De fato, nas línguas Tsonga (T) e Yao (Y), que pertencem a esse grupo lingüístico, assistimos ao apagamento da preposição em complementos verbais, mas, contrariamente ao que se verifica no português, o objeto indireto não obedece a nenhuma restrição de localidade, podendo aparecer após o objeto direto.

15. Mamana anykile <u>mali</u> <u>vatsongwana</u>. (T)
16. Wakongwe wapele <u>mbiya</u> <u>wanace</u>. (Y)
    Mulher deu dinheiro às crianças.

17. Mamana anykile <u>vatsongwana</u> <u>mali</u>. (T)
18. Wakongwe wapele <u>wanace</u> <u>mbiya</u>. (Y)
    Mulher deu às crianças dinheiro.

O apagamento da preposição favorece o alçamento do objeto indireto para ocupar a posição de sujeito nas sentenças passivas. Entretanto, as duas línguas banto analisadas não permitem que o objeto direto seja alçado a sujeito sintático:

19. <u>Vatsongwana</u> vanykiwile mali. (T)
20. <u>Wanace</u> apelegwe mbiya. (Y)
Crianças foram dadas dinheiro.

21. ?Mali yinyikiwile vatsongwana. (T)

22. *Mbiya sipelegwe wanace. (Y)

Dinheiro foi dado crianças.

Esses poucos dados sugerem a interferência do grupo banto na formação do português moçambicano. Não se trata de um simples calco, pois no português moçambicano opera-se uma regra a mais: o apagamento da preposição nos complementos verbais do português está sujeito às restrições de localidade.

Com a apassivação do objeto indireto, passa-se a observar o aumento expressivo da freqüência de elementos de traços [+humano] na posição de sujeito. Ainda que a análise seja pautada em apenas alguns dados, pode-se aventar a hipótese de que no português moçambicano sujeito lógico e sujeito sintático passam a manifestar o traço semântico [+humano], a menos que outro tipo de estrutura sintática, como a gramaticalização de tópicos como sujeito (Givón 1979) venha a quebrar essa correlação.

A seguir, analisamos dados do PB.

4. Complementos verbais preposicionados no português brasileiro

Tomando por base dados introspectivos do dialeto da Zona da Mata Mineira, Scher (1996) identificou omissão da preposição nos complementos de verbos diargumentais, como:

23. entregar um livro para/ao pai

24. entregar __ o pai um livro

O apagamento da preposição obedece às condições de localidade como no português moçambicano, mas se restringe aos verbos diargumentais cuja grade temática prevê a realização de um argumento alvo. Seguindo Larson (1988), Scher sustenta que tanto o verbo quanto a preposição descarregam o papel Alvo. Em decorrência da redundância de papel temático, a contribuição gramatical da preposição fica reduzida à atribuição de Caso, podendo então ser apagada.

Gomes (2003) analisa o comportamento do dativo nas amostras Censo de 1980 e de 2000. Entre as variantes observadas está o apagamento da preposição, como nos exemplos abaixo:

25. Eu falaria com o João para dar um emprego melhor [ ] o meu filho
26. Eu vendi [ ] ela dois voto
27. Ela levava a gente sempre [ ] o quadro para fazer as coisas

O percentual de apagamento da preposição é bastante baixo e apresenta-se em declínio, pois na amostra de 2000 há apenas 4% de apagamento contra os 16% da amostra de 1980. Assim como mostra o exemplo (25), a adjacência estrita não é uma regra categórica, mas tende a condicionar o apagamento da preposição. Nas duas amostras o apagamento da preposição ocorria preferencialmente com verbos *dandi* e *dicendi*.

Oliveira (2002) analisou os dativos nas cartas e nos anúncios publicados nos jornais do século XIX, tendo identificado as três variantes: preposição "a" (95%), "para" (1,4%) e zero (3,5%, com 22 ocorrências). O apagamento da preposição ocorria com verbos de um ou mais argumentos internos, sendo mais freqüente com os de apenas um argumento interno (63,6%):

28. ...o motivo da venda não desagradará ___ o comprador (SP1879)
29. ...apresenta-se para ensinar __ meninos, aos pais de família (SP1854)
30. ...aspiro __ que os brasileiros consultem suas consciências (SP1865)
31. ...procurando satisfazer __ o pedido (PR1854)
32. ...convido __os senhores accionistas desta companhia a se reunirem... (SP1889)
33. O mesmo conselho...roga desde já __os seos dignos consócios para que não faltem com seu poderoso e indispensável auxilio (BA1885)

Assim como se dá no português moçambicano, a supressão da preposição leva à reorganização dos constituintes sentenciais, no sentido de que o objeto indireto, normalmente marcado com o traço [+humano], pode ser alçado para a posição de sujeito, como exemplificam as sentenças abaixo:

34. Senhor Salvador...é rogado a tomar o rumo de Sorocaba (SP1853)
35. ...são convidados os senhores sócios para a reunião (SP1879)
36. Quem o apprehender e levar ao abaixo assignado será bem gratificado (SP1879)
37. ...mas agora foi avisado para trazer as ditas vacas a juízo (MG1848)
38. ...quem o troucer preso a dita fazenda será pago das despesas (MG1851)
39. Os senhores assignantes serão entregues dos seus exemplares (SP1829)

Tanto nos dados estudados por Scher quanto naqueles estudados por Oliveira, o apagamento da preposição está condicionado à adjacência do complemento ao verbo. Essa restrição, porém, não é observada de forma categórica nas amostras Censo, mas tende a favorecer o apagamento da preposição.

5. Atlântico Sul: uma só gramática?

Por intervenção da escola, os moçambicanos recuperam o uso da preposição nos complementos verbais. É o que se verifica em algumas transcrições de fala, como:

40. Bem gostaria de ir para a África do Sul ir passear um pouco só para ir ver como é que está porque falam muito de lá (MF20YAI)
41. Ainda não pensei nisso não (MF20YAI)
42. Gosta de brincar com os filhos dos outros (MX16LIN)
43. O pai do coiso de rapaz ir falar com aquela pai de aquela (MX17ALB)
44. Porque a gente ao namorar nunca **pensamos n**o futuro **pensamos n**o namoro (MF1ANA)

A preposição **a** ocorre em casos de objeto direto preposicionado (45-47) e na função dativa (48-49), em variação com a preposição **para** (50-51):

45. Nem querem consultar **a**os pais (MX16LIN)

46. Tem direito de amar **a** qualquer homem (MF1ANA)

47. Não podemos insultar **a**os mais velhos (MF1ANA)

48. Pedimos ajuda **a** umas senhoras no caminho (MF20YAI)

49. A gente pode ter que fazer uma pergunta **a** alguém (MF1ANA)

50. Puseram comida **para** ele (MX16LIN)

51. Contam anedotas para: **para** os miúdos (MF20YAI)

Além do apagamento da preposição nos argumentos dativos, o português moçambicano aproxima-se do PB no que diz respeito a outros quesitos: i. reorganização da estrutura silábica na seqüência CV (*ritimu*); ii. uso da preposição "em" com verbos de movimento (*Chegou na sala, entregou o emissário*); iii. uso do clítico dativo "lhe" para objetos com traço [+humano] (*Levam a miúda para o quarto vestem-lhe*), iv. construção de tópico (*Riu-se tanto que os olhos saíram lágrimas*), v. objeto nulo (*Chegou na sala entregou o emissário*), vi. apagamento do "se" recíproco (*Os pais insultam perante as crianças*), pronominal (*tive que queixar para ver se ele fazia qualquer coisa*), indeterminado (*nas escolas já não pode bater as crianças*), reflexivo (*já quer ir apresentar em casa dos pais*) e vii. acréscimo de "se" (*chega uma certa altura – engravidam-se*) , com o infinitivo (*para criar-se o casamento*) (Stroud & Gonçalves 1997).

O fato de as gramáticas do PB e do PM partilharem certas propriedades, na visão de Gonçalves (op.cit.), pode levar à proposição da existência de uma só gramática para o Atlântico Sul, independentemente da situação geográfica e dos antecedentes históricos de cada país. Ainda que os dados acima corroborem essa hipótese, devemos salientar pelo menos duas diferenças entre as duas variedades: i. preferência pela ênclise no PM e pela próclise no PB; ii. uso de estar+a+infinitivo no PM e estar+gerúndio no PB[7]. Essas diferenças impedem que se confirme a existência de uma só gramática no Atlântico Sul, mas não impedem a postulação de que o PB do século XIX – falado pelo menos pela massa de escravos que dominavam uma língua da família banto– fosse muito próximo do PM de hoje.

[7] Parece que estão a procurar um ladrão! (MX16LIN)
Estão-me a maltratar sim (MX16LIN)

A esse ponto do trabalho, convém colocar a questão: qual o papel das línguas do grupo banto no apagamento da preposição e no alçamento do argumento dativo à posição de sujeito? Centrando a atenção nos dados do PM, poder-se-ia argumentar que o contato com as línguas africanas teve o efeito de transformar a gramática portuguesa. Entretanto, o português medieval traz exemplos da supressão da preposição:

51. Mamdou avisar **a**aquelles que aviam de hir naquelle feito (Crônica de D. Pedro de Meneses, p.263)
52. O comde fez logo avisar __ todollos primçipaes da cidade (Crônica de D. Pedro de Meneses, p.284)

Esses exemplos sugerem que não se pode atribuir exclusivamente às línguas africanas o peso da mudança lingüística que permitiu o desenvolvimento do PB. O apagamento da preposição e o alçamento do argumento dativo à posição de sujeito são regras que sempre estiveram disponíveis na gramática portuguesa. O contato com as línguas do grupo banto só veio a acionar e revigorar essas regras, tornando mais freqüente este tipo de estrutura.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe. (2000) *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras.

BROCARDO, M. T. (1997) Crônica do conde D. Pedro de Meneses, Gomes Eanes Zurara. Edição e Estudo. Braga: Fundação CalousteGulbenkian.

DUARTE, M.E. (2001) Ensino da língua em contexto de mudança, in Cadernos do IV Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, vol. IV, no. 12, pp.51-61.

GIVÓN, T. (1979) From discourse to syntax: grammar as processing strategy, in *Syntax and Semantics* 12:81-112.

GOMES, C. A. (2003) Variação e Mudança na Expressão do Dativo no Português Brasileiro. In M.Conceição Paiva & M.E. Duarte (orgs.) *Mudança Lingüística em Tempo Real*. RJ: Faperj, pp.81-96.

GONÇALVES, P. (1996) Português de Moçambique: uma variedade em formação. Maputo: Imprensa Universitária.

LARSON, R. (1988) On the double object construction. In Linguistic Inquiry, 19:335-91.

MATEUS et alii (1983). *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.

MUSSA, A. (1991) *O papel das línguas africanas na história do Português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de mestrado, ms.

OLIVEIRA, M. (2002) Complementos verbais introduzidos pela preposição "a", in Para a História do Português Brasileiro, no prelo.

PAGOTTO, E. (1992) Nem a fala de todo mundo nem a língua de ninguém – um estudo das constituições brasileiras, ms.

_____ (1998) Norma e Condescendência; ciência e pureza. In Línguas, n.2, pp.49-68.

SCHER, A. P. (1996) *As construções com dois complementos no inglês e no Português do Brasil: um estudo sintático-comparativo*. Campinas: Unicamp. Dissertação de mestrado, ms.

STROUD, C. & GONÇALVES, P. (1997) *A Constituição de um Banco de "Erros"*, Vol. II, Cadernos de Pesquisa n.24, Maputo: Inde.

TARALLO, F. (1993) Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d´aquém e d´além mar ao final do século XIX. In I. Roberts & M. Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp.